

Maílson negocia redução maior

O ministro espera conseguir acordo que facilite ação do futuro presidente

JOÃO BORGES

BRASÍLIA — O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, já está negociando grande operação de redução da dívida externa, aproveitando a abertura propiciada pelo Plano Brady. Maílson acha que, se a atual equipe econômica conseguir pôr em prática operação para reduzir o débito externo, estarão lançadas as bases para que o próximo presidente da República negocie um plano que dure o mesmo período de seu mandato.

Não há, ainda, na mesa de negociações, número estabelecido para se reduzir a dívida, mas o ministro e seus assessores têm por meta abater da dívida, estimada em US\$ 110,1 bilhões em 1989, valor superior aos

US\$ 6 bilhões por meio da conversão em investimentos obtidos no ano passado. O sucesso dessa estratégia de negociar algo para ser feito ainda este ano depende de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O Banco Mundial (Bird) também participaria da operação.

DOCUMENTO

Ontem, o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, em entrevista coletiva, divulgou e comentou o documento redigido pelo chamado Grupo dos Oito e enviado há dez dias aos governos dos sete países mais industrializados. O documento foi encaminhado a título de contribuição à reunião de cúpula desses países — Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Inglaterra, Itália e Canadá — que se realizará nos dias 14 e 15 de julho, em Paris. Até lá, o Brasil tentará fechar o acordo com o FMI e, então, concluir as negociações para abater parte da dívida.

No documento, fica claro que os diversos mecanismos de redução da dívida só terão validade se propiciarem "operação inicial de grande escala". Sérgio Amaral acha que essa primeira operação de grande porte é imprescindível para a redução da dívida se desdobrar em operações menores, mas igualmente importantes para a recuperação econômica dos países do Terceiro Mundo.

É a primeira vez que Brasil, México, Venezuela, Argentina, Uruguai, Peru, Colômbia e Panamá, atualmente excluído, por motivos políticos definem mecanismos e procedimentos que são considerados adequados e eficientes para a solução da questão da dívida.

ALTERNATIVAS

A redução deverá ocorrer, basicamente, de três formas: a recompra dos títulos, a troca da dívida com desconto do valor nominal (ou redução da taxa de juros) e, finalmente, da conversão da dívida externa em

investimentos. Segundo o documento, a conversão é a alternativa que apresenta maiores limitações, pois nem sempre ela significa novos investimentos e "provoca a expansão monetária (emissão de moeda) ou emissão de títulos públicos".

Para Amaral, os programas de redução da dívida terão êxito se os bancos credores forem estimulados a aceitar os instrumentos de redução da dívida. Em contrapartida, diz, os governos dos países credores devem criar desestímulos para que os bancos continuem com os títulos velhos da dívida, obrigando-os a registrar as perdas que, na realidade, o mercado já se encarregou de impor. Um título brasileiro, por exemplo, está cotado a apenas 33% de seu valor nominal. O governo brasileiro quer conduzir as negociações com discrição, por entender que a antecipação das informações as prejudica. A simples divulgação do Plano Brady levou à valorização dos títulos brasileiros de 28% para 33%.